

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Geovana Azevedo da Costa

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Teresina – PI

Olívia Cristina Perez

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Teresina - PI

RESUMO: A presente pesquisa aborda as políticas públicas para mulher sob a perspectiva de gênero. O objetivo foi entender como as destinadas às mulheres, tratam o combate ao machismo e o empoderamento da mulher. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada sobre o tema gênero nos estudos de políticas públicas. Primeiramente foram consultados todos os artigos científicos reunidos na Plataforma de Periódicos CAPES, no período de 2003 a 2016. Usou-se o descritor — Políticas públicas mulheres. Do total de 2005 artigos encontrados, foram selecionados trinta e seis que tratam o empoderamento e/ou profissionalização da mulher. Os resultados indicam que as políticas públicas para as mulheres estão incluindo de forma incipiente e simbólica a perspectiva gênero, uma vez que, as políticas analisadas, não proporcionaram de maneira efetiva o empoderamento e/ou profissionalização das mulheres e sua consequente inclusão no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas.

Mulheres. Gênero.

ABSTRACT: This research approaches public policies for women from a gender perspective. The study aims to understand how public policies for women deal with the fight against sexism and women’s empowerment. For this purpose, a systematic literature review was carried out on gender in public policy studies. To begin with, all the articles on the topic, published from 2003 to 2016, were retrieved from CAPES Periodicals platform and then examined. The search was held using “public policy women” as keywords. 2005 articles were found and 36 regarding women’s empowerment and/or professionalization were selected. The results indicate that public policies for women are incipient and symbolic when considering the gender perspective since the analyzed policies did not effectively provide women’s empowerment and/or professionalization as well as their inclusion in the labor market.

KEYWORDS: Public Policies. Women. Gender.

1 | INTRODUÇÃO

A mulher do século XXI tem imprimido mudanças significativas na sociedade, pois tem deixado aos poucos de ser uma mera coadjuvante em determinados segmentos

sociais e profissionais, passando a contribuir para o avanço e progresso social e para o desenvolvimento das suas comunidades.

De acordo com a ferramenta Estatísticas de Gênero, do IBGE (2010), das 50 milhões de famílias que residiam em domicílios particulares entrevistadas em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. Essas mulheres assumem a chefia das suas famílias tornando-se responsáveis não só pelo sustento financeiro, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família. No entanto, no Brasil as desigualdades de gênero são marcantes. Prova disso é o fato de que entre os 84 países do mundo o Brasil ocupar a 7^a colocação em níveis de feminicídio (WAISELFISZ, 2012).

As mulheres brasileiras conquistaram diversas vitórias parciais no século XX: obtiveram o direito de voto, em 1932, mas não conseguiram ultrapassar o teto de 10% de deputadas federais; conquistaram graus crescentes de educação em todos os níveis de ensino, mas ainda estão pouco representadas nas ciências exatas e na liderança dos grupos de pesquisa; aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho, mas ainda sofrem com a segregação ocupacional, a discriminação salarial, além da dupla jornada de trabalho; conquistaram diversas vitórias na legislação nacional, mas, na prática, ainda são vítimas de discriminações e preconceitos na vida pública e privada.

Tais desigualdades de gênero têm relação com o sistema capitalista visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

As assimetrias entre homens e mulheres também se expressam no âmbito doméstico, dada a responsabilidade da mulher pela casa, independentemente do seu papel no mercado produtivo. Para elas, o ingresso no mercado de trabalho não representa uma redução da jornada em afazeres domésticos, situação que contrasta com a dos homens, em que mesmo o desemprego não significa maior tempo dispendido em afazeres domésticos (HIRATA, 2002).

Dessa forma, há uma persistência da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico e no âmbito laboral. Tal divisão é calcada em dois princípios organizadores: o princípio da separação, expresso pela noção de que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, que embasa o maior valor atribuído ao trabalho masculino — fruto da qualificação — em oposição ao trabalho feminino, associado a qualidades do gênero feminino (HIRATA, 2002).

Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procura-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria. Logo, gênero é uma construção social de papéis que diferencia hierarquicamente o lugar e as tarefas desempenhadas por homens e mulheres. Às mulheres cabe o ambiente privado e cuidado do lar. Os homens cuidam dos assuntos

públicos apoiados por mulheres.

Destaca-se nessa definição o caráter social atribuído ao termo, na medida em que o conceito não denota diferenças biológicas, mas sim diferenças construídas socialmente que atribuem um significado e papel à mulher. No entanto, a desconstrução dos papéis sociais é a tônica dos estudos sobre gênero. Conforme Abramo (2007), a desvalorização e secundarização do papel da mulher no mundo do trabalho e na sociedade contribuem para reforçar os padrões que sustentam a desigualdade de gênero. Logo, há a necessidade de desconstruir tais papéis e, portanto, a assimetria contida neles.

Nesse sentido, Sarti (1996) traz uma explicação histórica da construção dos papéis sociais, que perpetuam as desigualdades de gênero em que os homens se constituíram como provedores e chefes do lar (o que permitiu o resgate do poder patriarcal enfraquecido), e as mulheres como responsáveis pelas atividades domésticas e educativas, inclusive a vigilância do marido para que ele não se desviasse da sua função de chefe de família (SARTI, 1996, p. 26).

Reforçando a argumentação de Sarti, Bruschini e Ricoldi (2009) salientam que a universalidade e persistência de uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens, principalmente, as atividades de caráter produtivo, geradoras de renda e desenvolvidas no espaço público e às mulheres as tarefas de caráter reprodutivo entendendo-se a elas tanto os cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família, contribuem para que a cultura machista e patriarcal continue presente.

Ampliando o debate, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002). A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido abordada como uma interseccionalidade dos marcadores sociais.

Afora as relações machistas, uma parcela considerável de mulheres encontra-se entre a população pobre. O termo feminização da pobreza, utilizado por Sen (2010) vem chamando atenção para as diferenças salariais entre homens e mulheres e a vulnerabilidade das mulheres chefes de família. Para diminuir e desconstruir essas relações patriarcais, há um esforço contínuo dos movimentos feministas pressionando o Estado para que incorpore as questões de gênero na agenda governamental de forma específica e não universalizante.

A ampliação da cidadania às mulheres, no pós-redemocratização resultou, dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.

Logo, é fundamental a discussão sobre a importância da mulher na redução da pobreza, violência e injustiça social no país (FREIRE, 2009). Leão e Marinho (2002) ressaltam ainda a influência de mulheres organizadas na gestão e no controle das políticas sociais de saúde, o que resulta em mais políticas públicas para mulheres na área. Farah (2009) destaca que é relevante verificar em que medida as iniciativas do Estado indicam um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de gênero. Também é importante verificar se tais iniciativas incorporam a perspectiva de gênero, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades de gênero, isto é, de desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas).

Segundo ainda Farah (2009) é importante analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pois torna-se possível verificar em que medida iniciativas do Estado tem contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar esse padrão historicamente assimétrico e profundamente arraigado na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas que atendam às demandas da população feminina são consideradas indispensáveis ferramentas na luta pelo rompimento das assimetrias de gênero e, conseqüentemente, para a busca pelo empoderamento das mulheres. Entende-se empoderamento - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social) (GOHN, 2004, p. 23).

Silva (2010) reforça que toda política pública é uma ferramenta que possibilita a realização de uma mudança social, a partir da promoção do bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Segundo a autora, no processo de formulação de política os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Uma das políticas públicas que toca na questão de gênero é o Programa Bolsa Família (PBF). O programa Bolsa Família foi criado em 2003 como um programa destinado a combater a pobreza e a desigualdade no Brasil a partir de três eixos: complemento da renda (benefício em dinheiro), acesso a direitos (condicionalidades) e articulação com outras ações (integração de várias políticas sociais) (MSD, 2016). Na prática, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social (2016), em 2007 a mulher era a responsável legal pelo recebimento do benefício em 97% das famílias atendidas.

Rego e Pinzani (2014) constataram que o programa o programa Bolsa Família produz impactos sociais significativos nas vidas das beneficiárias, incomparáveis aos proporcionados por outros tipos de auxílio, como cestas básicas. As autoras atribuem a isso o fato do benefício ser em dinheiro, o que implica em liberdade e responsabilidade quanto ao uso, aprendizado de planejamento de gastos e ganhos de dignidade, o que gera um certo empoderamento da mulher responsável por administrar o benefício.

Embora perpassse a questão de gênero, o PBF não é uma política pública pensada para as mulheres, considerando que suas necessidades e desafios são diferentes daqueles que envolvem a realidade dos homens. E existem poucas políticas públicas voltadas para elas.

Esse é objetivo desse trabalho: compreender por meio de uma revisão sistemática da literatura como tem sido trabalhada, ao longo da última década, a questão de gênero nos estudos de políticas públicas para mulheres e os impactos dessas para a geração de trabalho, emprego e renda.

O trabalho contribui para o campo das políticas públicas ao refletir sobre a questão das mulheres dentro das políticas públicas. Também contribui com os estudos sobre gênero ao sistematizar a produção de estudos sobre políticas públicas voltadas para as mulheres. Trata-se de um primeiro passo de um estudo que almeja se aprofundar nas políticas públicas com o enfoque de gênero.

Destaca-se que não se faz aqui uma análise enviesada sobre os trabalhos produzidos, na medida em que a revisão sistematizada abarca todos os trabalhos produzidos na intersecção entre o campo de políticas públicas e gênero.

1.1 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa analisou artigos que tratam de políticas públicas para mulheres que levam em conta a perspectiva gênero. Para identificar a inserção de tal termo nas políticas públicas foi feita uma pesquisa documental.

Os resultados foram sistematizados utilizando a técnica de revisão sistemática da literatura. A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que parte de fonte de dados disponíveis na literatura, mediante a aplicação de critérios específicos. Tal técnica é útil para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Logo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que organiza os resultados derivados de outras pesquisas. Essa é uma técnica qualitativa na medida em que analisa com profundidade os resultados alcançados, revelando seus aspectos implícitos.

A presente revisão sistemática visa estabelecer o — estado da arte do tema, sob a concepção de que a produção do conhecimento é construção coletiva da comunidade científica. Ou seja:

Analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.180).

Na prática, foram identificados no ano de 2017 os artigos científicos disponibilizados na base de dados Portal de Periódicos CAPES, que continham no seu título o descritor

- políticas públicas mulheres.

O Portal Periódicos CAPES oferece acesso aos artigos completos selecionados, nacionais e estrangeiros, e bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento com acesso gratuito na Internet. Segundo informações obtidas na página virtual da CAPES (CAPES, 2017) - o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

A plataforma é bastante utilizada por pesquisadores e estudantes e conta atualmente com um acervo de mais de 38 mil periódicos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (CAPES, 2017). Os periódicos reunidos no Portal de Periódicos Capes são selecionados rigorosamente por um comitê editorial de várias áreas de conhecimento.

A partir do uso dessas ferramentas de busca foram localizados dois mil e cinco resultados em diversas áreas do conhecimento. Desses, foram considerados para análise apenas aqueles que tinham no título as palavras — políticas públicas mulheres. Os resultados repetidos foram desconsiderados.

A análise foi possível em trinta e seis deles. Embora não tenha sido estabelecido um recorte temporal, pois a pesquisa buscou todos os artigos que obedeciam aos critérios definidos, os artigos encontrados foram escritos entre os anos de 2003 e 2016. Intencionalmente foram selecionados artigos com os marcadores políticas públicas e mulheres com a intenção de discutir como o termo gênero tem sido incorporado pelas políticas públicas, estabelecendo um estado da arte para o tema. Logo, cada artigo foi lido com a intenção de identificar a presença do termo gênero associado às políticas públicas para mulheres.

Essa tarefa foi reveladora, pois 63,8% dos artigos não contêm ou não inclui o termo gênero nas referidas políticas, embora haja na atualidade um esforço do Estado em implementar a perspectiva gênero em suas políticas públicas. Como resultado, dos trinta e seis artigos analisados, oito tratam o termo gênero de forma aprofundada, o que equivale a 22,2% dos artigos, e cinco de forma incipiente, o que equivale a 13,8% da amostra analisada, como será demonstrado na sessão de resultados da pesquisa.

Para a análise sobre como as políticas públicas combatem o machismo e promovem empoderamento das mulheres foram criadas as seguintes categorias analíticas a partir dos estudos sobre gênero e políticas públicas: objetivo da política pública, tipo de política pública/movimento social, como é o papel da mulher na sociedade (SARTI, 1996; HIRATA, 2002; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009), como deve ser o papel da mulher na sociedade (ABRAMO, 2007, FREIRE, 2009; SEN, 2010), a incorporação de gênero nas políticas públicas (SCOTT, 1994; FARAH 2009) e se a política proporcionou o empoderamento e/ou profissionalização da mulher (REGO; PINZANI, 2014).

Para uma melhor compreensão do estudo, optou-se pela apresentação dos dados por meios de gráficos. Depois da apresentação dos dados gráficos, são retomados os autores referencias nesse trabalho. Após a relação entre os dados e o referencial teórico, são expostos reflexões dos artigos analisados que retratam os dados apresentados.

2 | RESULTADOS DA PESQUISA

O gráfico 1 traz a exposição dos objetivos dos trinta e seis artigos analisados. A finalidade do levantamento foi compreender quais os temas mais trabalhados pelas políticas públicas para mulheres e suas respectivas finalidades.

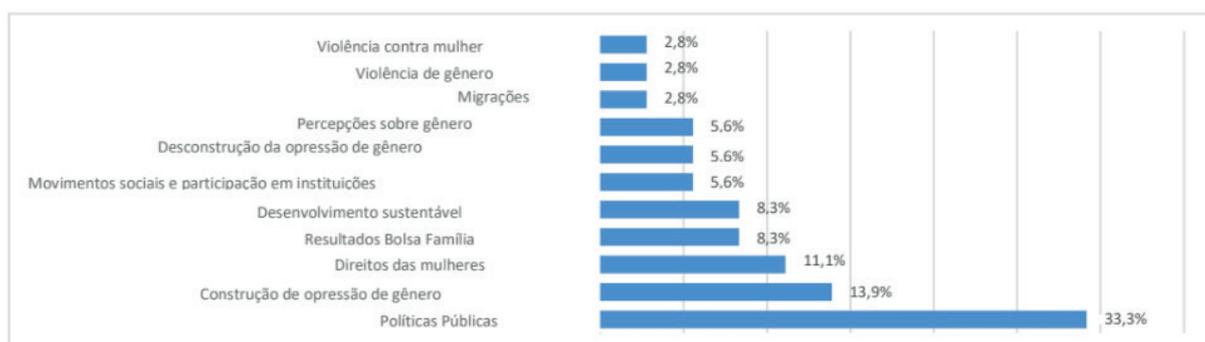


Gráfico 1- Objetivos dos Artigos

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

O Gráfico 1 revela que 33,3% (doze artigos) tem como objetivo principal a discussão de políticas públicas. Já 13,9 % (cinco artigos) trabalham a construção da opressão de gênero, 11,1% (quatro artigos) trabalham os direitos das mulheres, 8,3% (três artigos) os resultados do programa Bolsa Família e 8,3% (três artigos) sobre o tema desenvolvimento sustentável. Os temas dos outros oito artigos foram: movimentos sociais e participação em instituições com 5,6% (dois artigos); desconstrução da opressão de gênero com 5,6% (dois artigos) e percepções sobre gênero com 5,6% (dois artigos). Apenas um trabalho sobre migrações; violência de gênero e violência contra mulher.

Logo, existem artigos que analisam políticas públicas sob a perspectiva de gênero, embora a maior parte deles tratem de outros temas que tangenciam a discussão. O tema ainda é incipiente na literatura e tratado de forma contingencial por outras discussões, como a importância de direitos para as mulheres ou resultados do programa Bolsa Família (que não é um programa destinado as mulheres ainda que trabalhe com a questão de gênero ao destinar a renda para elas).

Dentre os artigos analisados destacam-se Santos (2012), que realiza um trabalho de análise das formas de absorção/tradução realizadas pelo Estado brasileiro em resposta às demandas feministas para se combater a violência doméstica contra mulheres.

Mas quais as políticas públicas são mencionadas por esses trabalhos, ainda que não sejam o objeto de investigação dos trabalhos?

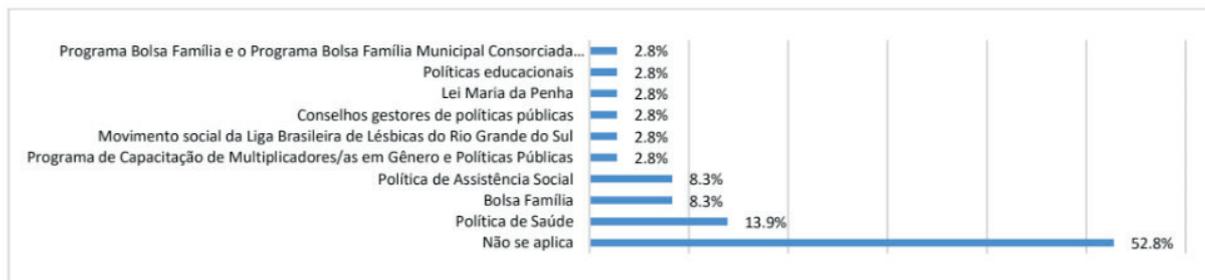


Gráfico 2 – Políticas Públicas Identificadas

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

O Gráfico 2 representa as políticas públicas trabalhadas nos artigos. 52,8% (19 artigos) não trabalharam políticas públicas específicas, 13,9% dos artigos (cinco artigos) trabalham políticas de saúde da mulher e 8,3% (três artigos) da amostra abordam o programa Bolsa Família.

Esse resultado encontra reforço nos argumentos de Leão e Marinho (2002) quando dizem que a influência de mulheres organizadas na gestão e no controle das políticas sociais de saúde tem impresso algumas marcas na definição das prioridades das políticas nesse sentido, o que ajuda a explicar a repetição de estudos sobre saúde da mulher nos artigos analisados.

Chama a atenção também os trabalhos que versam sobre o Bolsa Família (3). Trata-se da política pública mais analisada. Embora o programa se enquadre na categoria - Assistência Social - com outros dois trabalhos, optou-se pela separação no sentido de destacá-lo.

A maior parte dos resultados encontrados nas análises dos artigos reforça o que disseram Rego e Pinzani (2014), ao analisarem os impactos do Programa Bolsa Família. As autoras reconhecem que há um empoderamento - financeiro das mulheres beneficiárias por conta do benefício ser concedido diretamente a ele e em dinheiro. Ou seja, as mulheres beneficiárias passaram a ser mais respeitadas em seus lares pelos seus companheiros por administrarem o benefício.

Retomando os artigos analisados, Santos, Junior, Oliveira, Melo e Souza (2014) analisam a eficácia do Programa Bolsa Família (PBF), pela perspectiva dos beneficiários. Para os autores as mulheres são incorporadas de forma abrangente pelo programa, pois são atribuídas a elas as condicionalidades a serem cumpridas para fazer jus ao programa.

Nos artigos analisados também encontramos Moreira, Ferreira, Lima e Ckagnazaroff (2011) que fazem uma análise similar aos autores citados acima, porém na percepção dos agentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Os autores destacam que o fato de as mulheres beneficiárias não trabalharem regularmente fora de casa, principalmente devido ao receio de perder o benefício financeiro que lhes é concedido, o que induz a reflexões sobre as oportunidades e as

condições de emprego que lhes são ofertadas.

Em uma outra perspectiva, Oliveira e Mwewa (2013), autores de um artigo incluído na pesquisa, abordam as perspectivas de desenvolvimento local que poderiam ser potencializadas pelas mulheres pescadoras beneficiárias do Programa Bolsa Família. Destacam que as mulheres pescadoras necessitam de mais preparo técnico para a potencialização de geração de renda por intermédio de estímulos ao cooperativismo e desenvolvimento local das comunidades.



Gráfico 3 – Como é o Papel da Mulher na Sociedade

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

O Gráfico 3 mostra que dos trinta e seis artigos analisados 58,3% (vinte e um artigos) diz que o papel da mulher é privado e inferior, por conta da cultura machista/patriarcal, ao passo que 11,11% (quatro artigos) diz que as mulheres têm papel importante para a economia, enquanto 5,6% (dois artigos) analisam que as mulheres vivem em situação de risco permanente em decorrência da violência doméstica. As demais ocorrências, com representatividade de 2,8% (um artigo para cada uma das sete ocorrências) revelam que as mulheres possuem um papel central para a construção de direitos por um lado, porém continuam sendo excluídas de direitos e vítimas de violência doméstica por outro.

A análise feita nos artigos confirmam o que Sarti (1996), Hirata (2002) e Bruschini e Ricoldi (2009) explicam sobre o papel da mulher na sociedade, pois a participação da mulher no ambiente produtivo ainda guarda muitos desafios em uma sociedade marcada por padrões sociais masculinos.

Dentre os artigos analisados, cabe destacar as explicações de Carloto e Mariano (2012) segundo as quais há um reforço dos papéis tradicionais da mulher na esfera dos cuidados no âmbito privado na atualidade. Piason (2013) enfatiza em sua análise que as mulheres são controladas na atualidade pela cultura machista e patriarcal.

Já Santos (2014) salienta que há uma naturalização dos papéis de gênero, em que o homem deve ser o provedor e a mulher a cuidadora do lar. Para Sánchez (2011) a divisão sexual do trabalho que se refere mais às mulheres a nível doméstico e homens para o mundo do trabalho remunerado, posiciona o último como fornecer os recursos necessários para a manutenção da casa.

No mesmo sentido Santos (2012) entende, por fim, que a dominação masculina

é o fator estruturante da violência praticada por homens contra mulheres. Em sua análise destaca a Lei Maria da Penha como reflexo de um processo de passagem de indiferença do Estado à absorção ampla das demandas feministas no âmbito da formulação de uma política nacional para o enfrentamento da violência doméstica.

Em contrapartida Moreira, Ferreira, Lima e Ckagnazaroff (2011) ao analisarem outro programa, o Bolsa Família, afirmam que o programa tem obtido impactos relevantes na condição social das mulheres beneficiárias, especialmente na visibilidade enquanto consumidoras, na afirmação da autoridade no espaço doméstico e na mudança da percepção como cidadãs.

O gráfico 4 retrata como deve ser o papel da mulher na sociedade.

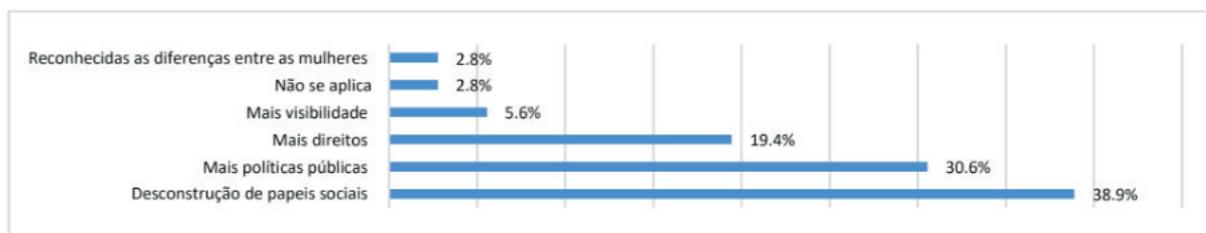


Gráfico 4 – Como Deve ser o Papel da Mulher na Sociedade

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

Nessa categoria foram encontradas 03 explicações principais sobre como deve ser o papel da mulher na sociedade, são elas: deve haver a desconstrução dos papéis sociais, com 38,9% (quatorze artigos) das incidências; mais políticas públicas, com 30,6% das ocorrências (onze artigos) e as mulheres devem possuir mais direitos, com 19,4% das ocorrências (seis artigos). Em menor percentual, 5,6% (dois artigos) destaca que as mulheres precisam de maior visibilidade e 2,8% (um artigo) que devem ser reconhecidas as diferenças entre as mulheres e em 2,8% (um artigo) não se aplica. Infere-se desses dados que há uma necessidade pungente por conta da sociedade por políticas públicas que possam desconstruir os papéis sociais estabelecidos ao longo da história.

A análise feita nesses artigos comprovam o que Abramo (2007), Freire (2009) e Sen (2010) afirmam sobre a importância da mulher na redução da pobreza, violência e injustiça social no país.

Para ilustrar, um dos artigos analisados, escrito por Lisboa e Lusa (2008), entende que as mulheres desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento porque são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos em todo o mundo. Já segundo Jorge, Hipólito, Masson e Silva (2014) a mulher contemporânea, livre, independente e com plenos poderes de exercer suas capacidades nos vários contextos sociais, sob o amparo da Constituição, tem o direito inalienável de vivenciar sua sexualidade e optar pela não maternidade.

O gráfico 5, por fim, faz uma análise da incorporação de gênero nas políticas públicas analisadas nos artigos.

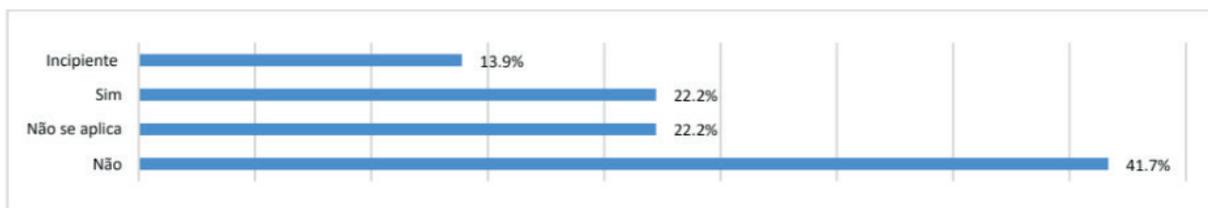


Gráfico 5 - Análise da Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas Analisadas nos Artigos Analisados

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

Ao analisar os trinta e seis artigos, inferiu-se que 13,9% das políticas analisadas (cinco artigos) relatam que a incorporação de gênero nas políticas públicas ainda é incipiente, 22,2% (08 artigos) destacam a inserção de gênero nas políticas, 22,2% (08 artigos) não consideram gênero nas políticas públicas trabalhadas e 41,7% (15 artigos) não faz menção a gênero.

Os dados indicam que 66,8% (vinte e três artigos) não inserem a perspectiva gênero em suas análises. Os resultados dessa análise comprovam o que Scott (1994) e Farah (2009) destacam em suas análises quanto à ausência e a importância de se incluir a problemática gênero como categoria analítica.

Dentre os artigos analisados, Lüchmann e Almeida (2009) ao debaterem a respeito da participação e da representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de políticas públicas, dispõem que as mulheres são incluídas nos conselhos, mas direcionadas a trabalhar temáticas do — universo feminino, restrito ao âmbito privado e a reprodução, o que demonstra que mesmo em espaços públicos em que as mulheres conseguiram um relativo espaço, há uma limitação de sua atuação.

A análise feita por Ferreira (2010) destaca a necessidade de incorporar as especificações socioculturais dos grupos de mulheres indígenas nos protocolos e manuais de atenção a saúde. As políticas de saúde desenhadas para mulheres indígenas não atendem, portanto, plenamente às suas necessidades específicas.

Sánchez (2011) analisando a inserção da mulher no mercado, aponta para a necessidade de abordar a capacitação e o desenvolvimento das mulheres através da aplicação adequada das políticas de gênero para uma inclusão social e laboral mais justa e equitativa. Coadunando com esse pensamento, Carrasco (2003, p.17) ratifica que — somente o mundo público desfruta de reconhecimento social; a atividade ou participação denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social.

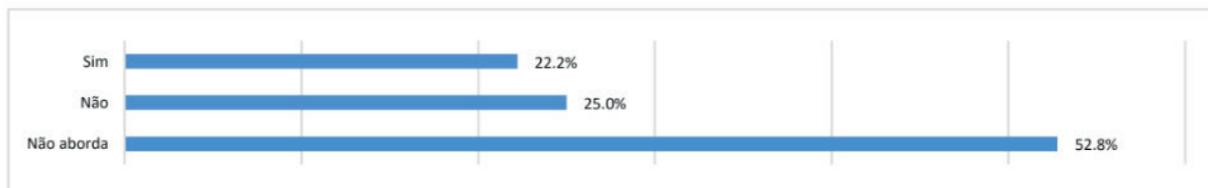


Gráfico 6 - Empoderamento e/ou Profissionalização da Mulher Proporcionada pela Política

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

O gráfico 6 apresenta informações referentes à categoria analítica Empoderamento e/ou profissionalização da mulher proporcionada pela política. Do total de artigos analisados (36), 52,8% (dezenove artigos) não fizeram referência ao tema empoderamento e/ou profissionalização da mulher, 25% (nove artigos) não trataram sobre o tema nas políticas públicas e apenas 22,2% (oito artigos) trabalham essa temática.

Esse trabalho teve como objetivo principal compreender como as políticas públicas para mulheres tem trabalhado a questão da profissionalização e/ou empoderamento da mulher. Desse modo, apenas oito dos trinta e seis artigos analisados trabalharam essa temática nos artigos, o que sinaliza que é um tema ainda pouco explorado na ação governamental.

A maior parte dos artigos analisados coadunam com a análise de Rego e Pinzani (2014), sobre o empoderamento proporcionado pelo Bolsa Família quanto aos impactos produzidos nas vidas das mulheres beneficiárias do programa.

Dentre os artigos analisados, destacam-se as interpretações de Moreira, Ferreira, Lima e Ckagnazaroff (2011) segundo as quais o programa Bolsa Família produz efeitos no empoderamento e na autonomia feminina. As transferências concedem à mulher a responsabilidade de garantir a melhor aplicação dos recursos e o controle no atendimento às condicionalidades exigidas para a manutenção do benefício. Já para Carlotto e Mariano (2012) concluem que as mulheres têm autonomia para decidir sobre o uso do benefício e uma relativa independência em relação a alguma figura de autoridade (pai, marido/companheiro). A mulher passa a se sentir incluída, mesmo como consumidora, para si e para os outros membros da família.

Outra parte dos artigos analisados, porém, não veem a política pública como promotora do empoderamento das mulheres, pois reconhecem nas condicionalidades impostas um reforço à cultura machista e patriarcal que confere às mulheres o papel de cuidadoras dos lares.

Dentre os artigos citados acima Santos (2014) ressalta que o sucesso dos programas de transferência de renda, como o Bolsa família, depende da atuação das mulheres dentro da lógica conservadora da divisão sexual e social do trabalho. A valorização do papel da mulher nesse programa, segundo o autor, dar-se por conta de serem atribuídas a elas condicionalidades, que envolvem obrigações com os filhos e que devem ser cumpridas sob pena de se perder o benefício. Reforça-se o papel da mulher como cuidadora exclusiva do lar e dos cuidados com os filhos, o que indica que o programa não foi desenhado na perspectiva de gênero, visando a uma igualdade entre homens e mulheres. Coadunando com o entendimento de Santos (2014), Sánchez (2011) analisando o contexto mexicano, salienta que a divisão sexual do trabalho dificulta o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e não proporciona o empoderamento das mulheres.

3 | CONCLUSÕES

Esse trabalho buscou compreender por meio de uma revisão sistemática da literatura, no Portal de periódicos CAPES, como tem sido trabalhada ao longo da última década, a questão de gênero nos estudos de políticas públicas para mulheres. Buscou-se compreender quais os reflexos das políticas públicas para a geração de trabalho, emprego e renda para as mulheres.

Os resultados dessa pesquisa permitiram estabelecer o Estado da Arte dos estudos sobre políticas públicas para mulheres, ou seja, compreender o nível de desenvolvimento em que se encontram as discussões sobre o tema e permitir ampliar os debates e contribuir para os estudos sobre análise de políticas públicas.

Ao analisar as categorias analíticas estabelecidas para essa pesquisa, percebeu-se uma linha lógica entre os artigos. Nas categorias iniciais — como é o papel da mulher, quais — os objetivos das políticas analisadas e — como deveria ser o papel da mulher na sociedade observou-se que a maioria dos artigos considera que o papel da mulher é privado e inferior por conta da cultura machista. Logo, analisam políticas públicas que podem e devem contribuir para desconstrução de papéis sociais.

Ao analisar a categoria — incorporação de gênero nas políticas públicas, percebeu-se que há um hiato a ser solucionado nas políticas públicas para mulheres. A discussão de gênero nessa pesquisa perpassa as questões que auxiliem a erradicação das desigualdades entre homens e mulheres e promovam a profissionalização e/ou empoderamento das mulheres.

Os resultados apontam que embora tenha havido uma ampliação de políticas públicas para mulheres, com novos temas que incluem desde a saúde ao combate à violência doméstica, ainda é incipiente as políticas públicas, programas, projetos ou atividades estatais com foco em gênero. As políticas analisadas permanecem imbricadas de fortes ranços machistas e sexistas que estabelecem às mulheres um papel doméstico, reprodutivo e de pouca relevância no mercado e aos homens um papel público, de provedor, apesar de todo o esforço dos movimentos feministas em sentido contrário.

Nas políticas em que está presente o termo — gênero - percebeu-se uma presença simbólica do termo, pois na análise do desenho das políticas mencionadas não se percebe a aplicação prática do seu significado.

A categoria que discute o — empoderamento e/ou profissionalização da mulher proporcionada pela política pública também apontou resultados reveladores. Os estudos apontam que as políticas públicas analisadas que trabalham a geração de trabalho emprego e renda das mulheres são ainda em pequeno número e, portanto, precisam ser intensificadas pela ação estatal. Para tanto, nota-se que a inclusão dessas políticas precisa ser acompanhada de políticas com outras temáticas de igual importância para as mulheres, como moradia, saúde, educação e combate ao machismo e a discriminação, de forma específica para as mulheres.

A análise dos artigos revelou que nos estudos em que estava presente a temática gênero, a política analisada por si só, não foi capaz de dar respostas às diferenças que marcam as relações entre homens e mulheres quanto a geração de trabalho, emprego e renda, como no caso do Programa Bolsa Família. Esse programa impõe condicionalidades às mulheres o que implica, por um lado, em um relativo aumento de sua responsabilidade no cuidado com os filhos e no âmbito doméstico, relegando a segundo plano suas realização profissional, pois por temerem perder o benefício, as mulheres não mantêm vínculos empregatícios formais.

Por outro lado, conferem uma relativa autonomia financeira às mulheres, administradores dos benefícios, que passaram a consumir mais e a alterarem positivamente as relações no âmbito doméstico com seus filhos e companheiros.

Inferiu-se através das análises das cinco categorias analíticas estabelecidas nesse estudo, que há a presença marcante de estereótipos sexuais nas políticas públicas para mulheres, o que favorece a manutenção da visão maniqueísta do homem e da mulher e na concepção de que há papéis determinados para cada gênero na sociedade como um todo e no mercado especificamente.

Diante dos resultados percebe-se que há uma necessidade pungente por uma reflexão e reformulação das políticas públicas para mulheres. Para isso, é necessário que exista um esforço governamental maior no sentido de promover uma verdadeira inclusão da perspectiva de gênero nas políticas para mulheres, não de forma simbólica, e na promoção da desconstrução dos papéis sociais estabelecidos para homens e para mulheres ao longo da história. Esse esforço deve ser empreendido de forma contínua e sistemática contemplando as mulheres em suas múltiplas necessidades de forma a atender suas demandas sociais. Dessa forma a ação governamental estará atuando no sentido de promover os meios necessários para a geração de trabalho, emprego e renda para as mulheres, contribuindo, sobremaneira, para a superação da feminização da pobreza e conseqüentemente para a superação da cultura machista e patriarcal da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES- MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Revisão da Bibliografia**. In:_____. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ABRAMO, L. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Câmara dos deputados do Brasil. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2004_2_007_avaliacao2007/vol1t2/27_se_mulheres.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero – uma análise do censo demográfico de 2010**. Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, vol. 33. Rio de Janeiro, 2014

_____. Ministério de Ciências e Tecnologia. **O que é o Portal periódicos CAPES.** Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=102 Acesso em: 20 mai. 2017

BRUSCHINI, C; RICO LDI, A. M. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda.** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, 2009

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres.** In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. A produção do viver. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF, 2003. p. 11-49.

CHRISTIAN, & Patrícia. **Desafios Ao Protagonismo Feminino para a geração de renda em Laguna - Sc: Gênero, Bolsa Família E Serviço Social.** Poiésis, 7(11), 168-181, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis n.360, 2004.

FREIRE, Adriana do Amaral. **Rádio Mulher e desenvolvimento local: a recepção do Programa Rádio Mulher pelas mulheres da comunidade do Pirapama-PE.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas.** Saúde e Sociedade. 13(2), 20-31.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

JORGE, Herla Maria Furtado, HIPÓLITO, Maiza Claudia Vilela, MASSON, Valéria Aparecida, & DA SILVA, Raimunda Magalhães. **Prenatal Care And Public Policies For Women's Health: Integrative Review.** Brazilian Journal in Health Promotion, 28(1), 140-148, 2015.

LEÃO EM, MARINHO LFB. **Saúde das mulheres no Brasil: subsídios para as políticas públicas de saúde.** Rev Promoção Saúde. 2002;3(6):31-6.

LISBOA, T. K., & LUSA, M. G. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural.** Revista Estudos Feministas, 18(3), 871-887, 2010.

LÜCHMANN, Lúgia Helena Hahn, ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas The political representation of women in public policy management councils.** Revista Katálysis, 13(1), 86-94, 2010.

MOREIRA, N., FERREIRA, M., LIMA, A., & CKAGNAZAROFF, I. **The empowerment of the women who are beneficiary from the Bolsa Família Program' on the perception of the Social Assistance Reference Centers' agents/ Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social.** Revista de Administração Pública - RAP, 46(2), 403, 2012.

MSD. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O que é - Conheça o Programa Bolsa Família,** publicado em 01/07/2015. Available from <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 03 Abr. 2016.

PIASON, A., & STREY, Marlene Neves. **A Militância De Lésbicas Feministas E a Visibilidade Nas Políticas Públicas Para Mulheres,** 2013.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Fev. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2016.

SANTOS, M. C., GOUVEIA, A. R., DE OLIVEIRA, P. A., DE MELO, D., & Da

Rocha de Souza, W. **A voz do beneficiário: Uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família.** Revista De Administracao Publica, 48(6), 1381-1405, 2014.

SANTOS, Cecília Macdowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado.** Revista Crítica De Ciências Sociais, (89), P. 153-170, 2012.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **As mulheres como pilar da construção dos programas sociais.** Cad. CRH [online]. vol.27, n.72, pp.479-494, 2014.

SARTI, C. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo.** São Paulo, Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan. Prefácio a “**Gender and Politics of History**”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 3, p.11-27, 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos.** In: SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Veras, 2010. p. 38.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012 – atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

